

3.

Des-igualdades de gênero

*Nosso corpo nos pertence!
O privado também é político!
Diferentes, mas não Desiguais
Quem ama não mata
Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher
(Slogans feministas)*

“ No novo amor a palavra respeito precisa substituir a palavra concessão.”

Flavio Gikovate

Ao usar o hífen no vocábulo desigualdade procura-se criar um afastamento gráfico e destacar assim o prefixo *des*, que no dicionário Houaiss (2001) exprime sobretudo: oposição, negação ou falta. Com esse recurso, trata-se de criar um respiro, um espaço, um silêncio, um intervalo, um descolamento, para que seja possível discutir neste trabalho, as *des-igualdades*, sem esquecer-se de destacar caminhos possíveis para alterar a realidade das relações de gênero ou evitar cair em discursos que *oponham* os sexos ou *neguem* suas diferenças ou, ainda, silenciem diante da *falta* de igualdade.

3.1 - Feminismo contemporâneo: reviravolta na definição dos gêneros

A segunda onda do movimento feminista foi, na verdade, um ressurgimento do movimento das mulheres, fenômeno cultural e político de grande amplitude e velocidade de difusão que teve a sua primeira fase baseada na luta pelo direito ao voto, no período do final do século XIX e início do XX. O feminismo contemporâneo, nos anos de 1960, acontece simultaneamente a outros eventos marcantes do mundo ocidental tais como a luta dos negros americanos contra a segregação racial; os protestos contra a guerra do Vietnã; o movimento hippie; o surgimento da pílula anticoncepcional, dentre outros. De acordo com Schumacher e

Brazil (2000:229), em sua segunda fase, desta vez apoiado principalmente pelas ideias da filósofa francesa Simone de Beauvoir sobre a condição feminina de submissão ao homem, o movimento se espalha pelos Estados Unidos. A obra de Beauvoir, *O segundo sexo*, é reexaminada por Betty Friedan, ícone do feminismo americano que agrega novas formulações para a reorganização do movimento de mulheres. Uma crítica radical é construída pelas ideias que são divulgadas e difundidas no mundo inteiro, teoricamente e na prática, em relação ao modelo tradicional do que é ser mulher.

No Brasil, os acontecimentos em curso no plano internacional causaram enorme repercussão. Foi num contexto de crise da democracia e construção de novos modelos sociais que emergiu o feminismo organizado dos anos 1970. A nova onda feminista se viu diante de várias frentes de luta: contra a ditadura militar, a supremacia masculina, a violência sexual e pelo direito ao prazer.

O feminismo contemporâneo foi o motor das transformações mais efetivas na vida das mulheres, tais como: a entrada maciça no mercado de trabalho; a conseqüente independência econômica; a faculdade de sair de um casamento insatisfatório; a liberdade sexual; a maternidade como opção e não mais como um destino; a perspectiva de relacionamentos mais igualitários; a conquista da cidadania. O declínio do papel do homem como provedor e da autoridade paterna; a alteração de status social da mulher; o fim do patriarcado e a conseqüente mudança da família hierárquica para a família igualitária foram outras alterações que vieram a reboque do movimento feminista. Com esta avalanche de mudanças, as relações entre os sexos sofreram um abalo que se faz sentir até os dias atuais: as mulheres mudaram e, por conseqüente, os homens também, mas não necessariamente no mesmo ritmo. Badinter (2005:145) afirma que embora as mulheres considerem lentos demais os avanços, e eles rápida demais a partilha de seus despojos, ambos, na sua maioria têm vontade de viver e conviver melhor. A autora afirma também que a razão primordial do feminismo, consideradas todas as tendências, é instaurar a igualdade entre os sexos e não, melhorar as relações entre homens e mulheres. Um é o objetivo, o outro é uma conseqüência possível.

O termo gênero ganhou destaque no meio acadêmico, num primeiro momento, como instrumental para estudar a condição feminina. Este conceito sofreu alterações cujo alcance foi ampliado e que se estendeu para a análise da

questão das desigualdades na relação de gêneros. É graças aos estudos de gênero que a reviravolta das definições dos papéis sexuais pode ser mais bem compreendida, assim como os elementos constitutivos e mantenedores de tais desigualdades.

3.2 - Definições e usos do termo “gênero”

O uso do termo gênero ganhou ênfase como categoria de análise sociológica do trabalho e da família nos anos de 1970 e, desde então, várias concepções foram sendo criadas, reformuladas e ampliadas, passando a coexistir no universo das ciências sociais. De acordo com a perspectiva essencialista, o termo gênero tem sido utilizado para denotar características psicológicas e sociais – masculino/feminino – seguindo uma lógica binária do modelo biológico macho/fêmea. Já a perspectiva culturalista apresenta gênero como uma representação simbólica das diferenças sexuais que provêm da socialização e da cultura e são internalizadas por mulheres e homens.

Segundo Gerstel e Sarkisian (2006: 238), os estudos que se voltam para o mercado de trabalho utilizam e elaboram estas definições de gênero. Há também o enfoque estrutural que considera a categoria gênero como sendo a chave do princípio da estratificação do trabalho doméstico e do trabalho remunerado: modela as instituições que subordinam as mulheres aos homens, tais como a economia, a família e o Estado. Este enfoque é bastante utilizado pelas análises de mudança no mercado de trabalho e pelas políticas públicas.

Outro conceito de gênero que passou a ser utilizado pelos estudiosos foi o de gênero relacional. Dentro desse enfoque, pode-se afirmar que mais do que *ser*, as pessoas desempenham papéis nas suas relações. Pensar em gênero relacional pressupõe dizer que, mulheres e homens desempenham papéis entre si, mas não se limitando aos gêneros, pois estas performances se estendem para outras situações em que não estão frente a frente. A introdução do caráter relacional segundo Araújo (2005:42):

(...) levou a uma revisão dos estudos centrados nas mulheres e apontou para a necessidade de estudos sobre as relações de gênero, uma vez que a história das mulheres não pode ser revista separada da história dos homens. O mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, não são esferas separadas. Tomá-las como esferas separadas reforça o mito de que a experiência de um sexo tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo.

Refletir sobre as relações de gênero significa lançar um olhar mais abrangente que não se restringe somente às relações entre homens e mulheres, mas também *entre* homens e *entre* mulheres. Fazer uma releitura sobre o entorno cultural por onde transitam estes atores sociais, sem deixar de incluir outros elementos como a linguagem, os meios de comunicação, a política, a religião, a economia, dentre outros, é fundamental, pois pode ampliar o entendimento das forças que influenciam os comportamentos. A inclusão destes outros elementos influenciou a proliferação dos diversos enfoques sobre gênero.

3.2.1 - Teorias de gênero

Segundo Coltrane (2001:432), a abordagem mais popular que surgiu nas últimas décadas é a das teorias de construção de gênero, que sugere que homens e mulheres executam tarefas diferenciadas porque tais práticas, afirmam e reafirmam suas identidades de gênero, e assim reproduzem uma interação ordenada entre os sexos. Responsabilizar-se por determinadas tarefas domésticas e desempenhá-las é uma oportunidade para demonstrar, a si próprio e aos demais, o quanto se é um membro competente de uma categoria sexual, com capacidade e desejo para desempenhar apropriadamente comportamentos de gênero.

O autor (2001:434) afirma que a teoria socialista-feminista por sua vez enfatiza o dualismo dos sistemas capitalista e patriarcal, com uma análise sobre o trabalho doméstico que se estende às instituições e contempla, primordialmente, o quanto aspectos raciais, de classe social e gênero se constituem em hierarquias relativamente autônomas no sistema mundial. Nesta vertente, investigar somente as atitudes desempenhadas pelos papéis sexuais não revelará como a divisão sexual do trabalho serve aos interesses do homem e do capitalismo. Esta teoria captura o aspecto político presente nas relações de gênero e transcende o aspecto microssocial ao articulá-lo com o macrossocial, destacando as relações de poder presentes nestas instâncias.

O mundo é constituído de homens e mulheres e as questões de gênero atuam como uma grande teia que permeia as diversas camadas sociais, impondo problemas que requerem intervenção. Um desses problemas é a desigualdade de gênero, que se desdobra ao longo de diferentes épocas e contextos sócio-

econômicos. A autora portuguesa, Neves (2007:622)¹, sintetiza bem o que ocorre nas relações de gênero:

Na realidade, as relações sociais de gênero constroem e determinam papéis, funções, comportamentos e expectativas sociais sobre o amor e a intimidade, não facilmente transponíveis, nem abandonáveis. E fazem-no impondo espaços diferenciados para homens e para mulheres (colocando os homens no espaço institucional ou público e empurrando as mulheres para o espaço doméstico ou privado), valorizando assimetrias entre os sexos (usando o argumento dos desideratos biológicos e das dissemelhanças naturais), cimentando hierarquias onde o masculino é sinónimo de autoridade, de poder, de controlo e de eficácia e o feminino é sinónimo de vulnerabilidade, sensibilidade, subordinação e dependência, criando uma cultura de direitos e de deveres assente nas diferenças sexuais e fomentando a proliferação de discursos *gende-rizados* (profundamente menorizantes para as mulheres).

Aqui estas desigualdades são detectadas e analisadas, principalmente: na divisão do trabalho doméstico; por extensão, no compartilhamento parental, já que o foco está voltado para homens e mulheres que têm filhos; e no uso do tempo entre mulheres e homens, juntamente com seus efeitos na articulação com o mundo do trabalho. O fato de se tratar de uma pluralidade de situações onde se percebem assimetrias permite, então, que se fale em *desigualdades*. Esse problema parece central na vida privada dos casais e, enquanto estiver presente, precisa continuar sendo denunciado e trazido para discussão. Para assim poder produzir, mesmo que lentamente, mudanças a ofertar para as gerações seguintes. A seguir, serão apresentadas as ideologias que regem as relações entre homens e mulheres.

3.2.2 - Ideologias de gênero: tradicional, igualitária, transicional

Ser um bom homem ou uma boa mulher no meio familiar implica em corresponder ao que é prescrito culturalmente para cada papel. Ideologias tradicionais, igualitárias e transicionais fomentam alguns comportamentos de gênero correspondentes.

A centralidade do trabalho na identidade masculina corresponde à ideologia tradicional do papel do provedor. No século XIX, o termo *breadwinner* foi cunhado para designar aquele responsável por prover o “pão” e, desde então, esta ideia continua presente na cultura ocidental em graus variados, em diversos

¹ Texto no original em português de Portugal

países. Segundo esta ideologia, um bom homem será prioritariamente considerado responsável pelo sustento do lar e os seus proventos serão os principais da casa. O forte investimento na carreira está atrelado a essa atribuição, que faz com que os homens se dediquem mais inteiramente à busca de uma colocação no mercado de trabalho. Para Zvonkovic (2005:412), esse aspecto faz com que as contribuições econômicas das mulheres fiquem subordinadas às contribuições de seus maridos.

A centralidade da mulher na família é outra faceta da ideologia tradicional de gênero que sustenta os papéis de esposa, mãe e dona-de-casa. Dentro dessa visão, a mulher é tida como a responsável principal pelos cuidados da casa e de seus membros. Cada faceta da ideologia tradicional é complementar à outra, o que produz comportamentos de gênero onde um cônjuge, no caso a mulher, se subordina economicamente ao marido. Outros efeitos, advindos desta concepção mais tradicional de relacionamento de gênero, residem no status diferenciado e hierarquizado ocupado por cada cônjuge. Esta ideologia promove um desequilíbrio de poder entre os pares, onde a mulher torna-se o membro mais “desempoderado”.

A ideologia igualitária de gênero, por sua vez, rejeita a hierarquização, o autoritarismo e privilegia o diálogo entre os gêneros. Dentro dessa visão, os homens não precisam fazer concessões às mulheres, visto que nada a eles pertence: nem a mulher, nem o poder sobre ela ou sobre as decisões do casal, nem sobre o uso do tempo. Sem hierarquias, não há chefes da casa e sem autoritarismo, não há quem detenha poder absoluto sobre os demais membros da família.

Homens com uma visão mais igualitária do relacionamento a dois, certamente rejeitarão a ideia de que as mulheres estejam o seu serviço e tenham que sacrificar o tempo delas em favor do seu. Talvez algum resíduo cultural machista ainda se faça presente, posto que os homens são herdeiros dessa cultura. Como tal, podem internalizar tão bem a atitude que se espera deles em termos de papéis e comportamentos masculinos, que muitos se tornam incapazes de fugir deste lugar de provedor principal, mais envolvido com o mundo público e desprovido de responsabilidade quanto às lidas domésticas. Pode ser também, que não haja um interesse genuíno em deixarem de “ser incapazes” como mostra Kaufmann (1992:186), ao desvendar as táticas de que lançam mão os homens, ao aceitar participar das tarefas domésticas, mas conseguindo não fazer direito aquilo

que lhes é solicitado ao se justificar com esquecimentos, pedidos de desculpas e assumindo “o clássico” papel de aprendiz e conforme o autor nomeia de *le mauvais élève*². Esse suposto *mau aluno*, em geral, não toma iniciativa e se mantém num lugar secundário na dinâmica familiar, ou seja, não abraça maiores responsabilidades no universo doméstico que historicamente nunca lhe pertenceu.

Uma consciência maior da transição dos papéis de gênero, no entanto, poderá interferir no comportamento masculino produzindo conflitos internos importantes, assim como sentimentos de culpa, autocritica e um reconhecimento de que negociações conjugais precisam ser feitas e são trabalhosas. Uma conjugalidade genuinamente igualitária desconstrói lugares rigidamente demarcados pela ótica sexual e pressupõe um trabalho democrático de equipe.

Por sua vez, as mulheres com mais poder e imbuídas de uma ideologia igualitária, exigem maior cooperação de seus maridos e se posicionam de forma a não se sentirem mais responsáveis pela casa do que seus parceiros. As mulheres que comungam desta ideologia são mais desengajadas do mundo doméstico. Elas constroem sua autonomia a partir disto e em conjunto com a independência econômica proporcionada pelo investimento na carreira. Anseiam, como afirma Singly (2007:153), que os territórios codificados classicamente como femininos se tornem conjugais e vivenciam a existência de fronteiras marcadas sexualmente como ameaça à sua satisfação profissional.

Quanto mais igualitária for uma relação conjugal, certamente menos necessária será a intervenção das mulheres no sentido de convocar seus maridos a ajudá-las nas tarefas caseiras. A iniciativa masculina ocorrerá espontaneamente, quanto mais afrouxados estiverem os papéis de gênero e mais desvinculadas as tarefas da divisão sexual do trabalho, ou seja, quanto mais imprecisa for esta definição dos domínios de competência. A ajuda assim, não marcará um lugar de auxiliar ou coadjuvante a ser ocupado pelos homens e, sim, poderá ser simplesmente considerada como uma cooperação recíproca entre os cônjuges.

Talvez no caso das mulheres se possa ainda encontrar uma espécie de *machismo residual invertido* (um machismo sutil às avessas) que corresponderia a

² Mau aluno

não abrir mão de um poder historicamente construído que lhes atribui o domínio da casa. Para mulheres com uma visão ideológica tradicional mais arraigada, compartilhar a organização da casa, talvez seja sentido como uma espécie de perda de poder e, em certo nível, um abalo na sua configuração identitária. Conforme Diniz (2005:25) afirma, isto talvez ocorra pela manutenção do mito social de “rainha do lar”, ou mesmo por receio ou culpa de perder o domínio de uma área da qual, durante muito tempo, foi a principal especialista.

Uma ideologia igualitária estará mais atrelada a uma visão democrática da intimidade e da condução de um relacionamento amoroso contemporâneo. Casais identificados com uma ideologia igualitária rejeitarão a hierarquia de gênero e o autoritarismo em seus relacionamentos. Com isso, talvez seja possível encontrar homens e mulheres mais humanizados e menos prisioneiros de prescrições culturais e ideológicas e, assim, menos culpados e mais despojados de sentimentos de inadequação.

No entanto, a ideologia de gênero segue num continuum e a dicotomia que a classifica em tradicional ou igualitária pode ser considerada um tanto arbitrária, conforme Lavee e Katz (2002:29) afirmam. Segundo estas autoras alguns indivíduos e suas famílias não são nem puramente tradicionais, nem puramente igualitários. Nos seus comportamentos de gênero pode ser observada uma mistura de concepções e atitudes com características de ambas as ideologias. Mudanças observadas em casais com postura mais igualitária, e que recuam a posturas mais tradicionais em relação à família e ao trabalho quando têm filhos (Brasileiro, 2002; Gerstel e Sarkisian, 2006) podem atestar com este comportamento a presença de uma ideologia transicional. Essa ideologia mais intermediária, talvez possa ajudar a compreender o *gap* observado entre o discurso social vigente de uma proposta igualitária e as práticas tradicionais nas relações de gênero contemporâneas.

3.2.3 - Ideologias de gênero e o trabalho doméstico

Gersten & Sarkisian (2006:245) procuram examinar a relação entre ideologias de gênero e trabalho doméstico. O que se tem observado é que quanto mais igualitária for a ideologia de gênero do marido, maior será o tempo que ele despenderá com as tarefas caseiras; e a mulher, por sua vez, cuja ideologia de

gênero for mais igualitária, dedicará menos do seu tempo para tais afazeres. Qual a ideologia que importa mais, a da esposa ou a do marido? Há controvérsias a esse respeito. Alguns autores sugerem que, mais do que as atitudes do cônjuge, são as atitudes da própria pessoa, que afetam mais diretamente o seu envolvimento com o trabalho doméstico; enquanto outros argumentam que, são os acordos entre os cônjuges que importam mais.

Segundo as autoras acima, o seu corpo de pesquisas a respeito das ideologias de gênero apresenta explicações variadas sobre o poder explicativo da perspectiva cultural. Por um lado, a pesquisa sobre ideologias de gênero parece sugerir que a cultura desempenha um papel determinante na alocação do trabalho doméstico, enquanto na maioria dos estudos a ideologia participa minimamente desta variação entre homens e mulheres. Há também a constatação de que, a pesquisa que examina os efeitos das ideologias no trabalho doméstico, não aborda *como* as características dos empregos dos cônjuges afetam as ideologias.

Por fim, seja qual for a causa para a distribuição desigual por gênero, o trabalho doméstico produz limitações para as mulheres atingirem sua independência econômica. As mulheres abraçam um maior número de atividades caseiras, gastam mais tempo com elas e com isto favorecem o envolvimento maior de seus esposos com a carreira deles, em detrimento da sua. O que leva os homens, por sua vez, a aceitar este lugar concedido pelas mulheres? A seguir são apresentadas justificativas para explicar o desengajamento masculino em relação ao afazeres domésticos.

3.2.4 - Homens “domesticados” versus homens “de verdade”

Parece que um dos motivos que levam os homens a relutar a se envolver mais ativamente com as tarefas caseiras está ligado à associação que fazem com “trabalho de mulher” (expressão depreciativa) e a conseqüente ameaça à masculinidade que a aproximação com o universo feminino, teoricamente, poderá trazer. Arrighi e Maume (2000:469) apresentam um rol de aspectos tradicionais, derivados desta associação, detectados em diversas pesquisas e que justificam a atitude de esquivar-se em relação ao trabalho doméstico: os homens não são socializados a cuidar da família da mesma forma que as mulheres e, sim, através de meios econômicos; as responsabilidades masculinas de trabalho assumem uma

estrutura de sustento familiar, o que lhes permite concentrar seus esforços na atividade remunerada; os homens que exercem o papel de provedores, podem se sentir no direito de sustentar a família; os homens da classe trabalhadora veem o trabalho como sua principal contribuição para a família; as concepções masculinas podem ser ameaçadas quando as mulheres tentam se tornar provedoras ou quando demandam a contribuição dos homens no trabalho doméstico; por não serem educados para serem cuidadores, os homens entendem que é o seu papel de provedor que chancela sua masculinidade; os homens que se reconhecem como bem sucedidos, resistem ao trabalho doméstico exatamente por isto; engajar-se no trabalho doméstico é demonstrar para o cônjuge e para os outros a sua inabilidade de seguir as prescrições culturais que definem a masculinidade; homens mais dependentes financeiramente de suas esposas contribuem menos com as atividades domésticas do que as mulheres na mesma situação; homens cujas esposas ganham salário igual ou superior a eles restauram sua identidade masculina ao evitar qualquer trabalho doméstico.

Arrighi & Maume (2000:478) verificam um *link* entre os desafios para a identidade do homem no mercado de trabalho e o seu comportamento em casa. Partem de uma perspectiva de gênero mais recente, que rejeita a ideia de trabalho e casa serem esferas separadas. De acordo com esta visão, o sistema de dominação masculina no trabalho reforça sua dominação em casa e vice-versa. A subordinação a que se submetem os homens no mundo do trabalho afeta fortemente seu (des) engajamento nas atividades domésticas. Isso se explica pelo fato de os homens se autodefinirem pelo seu controle e autonomia no ambiente de trabalho; dessa forma tudo que ameace sua identidade pode gerar neles uma maior resistência em abraçar a dupla jornada: ao contribuir com os trabalhos domésticos, sentem como se estivessem assumindo uma identidade *feminina* em casa.

O papel de provedor está visceralmente atrelado à identidade masculina, enquanto os papéis de cuidador ou de dono-de-casa não estão. Ser provedor confirma que a masculinidade foi construída com sucesso; já as competências domésticas que porventura os homens possam ter desenvolvido, não interessam ao mercado de trabalho e não são vistas como algo que possa incrementar sua virilidade. Como corresponder ao papel moderno do homem, mais implicado na vida familiar? Como atender ao número crescente de mulheres que exigem maior

participação de seus maridos? Será que as mulheres estão clamando por ajuda ou por iniciativa? Parece que muitos homens ajudam mediante solicitação o que, no entanto, perpetua o lugar de assistente e não de parceiro, tão responsável quanto a mulher pela organização do espaço doméstico compartilhado. Será que isso é um dilema para os homens? Que papel afinal o homem quer ocupar e que desafios se propõe a enfrentar?

Um antagonismo parece impor-se aos homens que se questionam minimamente em face do triângulo público-privado-doméstico: aqueles que se dispõem a participar de maneira igualitária das divisões de tarefas caseiras correm o risco, aparentemente, de serem rotulados como menos homens pelos seus supervisores, gerentes e pela sociedade que prescreve e define culturalmente a masculinidade. E isso corresponderia a um fracasso, no sentido de não se encaixarem num ideal de modelo masculino, fortemente arraigado em diversas culturas, e que pressupõe que o mundo doméstico não lhes diz respeito, em termos de responsabilidades e organização.

Dentro dessa perspectiva, o controle e a autonomia exigidos pelo trabalho remunerado, associados à evitação do trabalho doméstico tornam-se importantes para a manutenção da identidade masculina. Sendo assim, para os homens que investem inteiramente na profissão, um envolvimento profundo com o mundo doméstico talvez seja da ordem do impensável. Simbolicamente, se tornariam “domesticados”, menos homens e colocariam em risco a crença da existência de *um homem de verdade*, em torno do qual todo menino é socializado e que é como afirma Nolasco (1997: 24):

(...) uma identidade de fachada. A masculinidade tem sido um ideal problemático, pois se configura no modelo do homem de verdade para o qual existem muitos outros que não o são. O macho e a “bicha”, o bem-sucedido e o fracassado, o forte e o fraco, o público e o doméstico, são polaridades que demarcam um referencial de masculinidade.

Se a dimensão pública é o polo que demarca o extremo positivo e a dimensão doméstica, o seu polo oposto, quanto mais próximos deste estiverem os homens, mais enfraquecida se tornará a identidade masculina.

Outra explicação para o distanciamento que os homens tentam manter em relação ao mundo doméstico é fornecida por Calligaris (2009:20):

A maioria dos homens vive entre a padaria, o bar, o escritório e a casa. E eles se relacionam muito mal com essa vida cotidiana. Uma grandíssima parte de sua existência é sempre vivida como se não fosse o que eles deveriam estar fazendo. Falta-lhes a dimensão da aventura, do heroísmo, (...) além do papel de provedor, o aventureiro seria outra figura que representaria a totalidade do leque possível da masculinidade. Não há espaço para que ele toque nem de perto a constelação de imagens que culturalmente constituem o universo de figuras masculinas com as quais sonhou. Para o homem é muito difícil comprar o gás se ele está *viajando* naquele momento, querendo ser dom Pedro às margens do Ipiranga. É isso que está na cabeça dele na hora do supermercado.

Ora, a vida doméstica requer um saber prático desprovido de encantos e marcada por uma rotina cíclica interminável. Como incluí-la na vida masculina? Como torná-la minimamente atrativa posto que faz parte da existência humana e é constitutiva do ser humano – seja ele homem ou mulher?

Nem todos os homens são “aventureiros” ou levam uma existência fascinante embora muitos o desejem. Outros, nem sequer ousam desejar algo mais extraordinário, pois sua capacidade de sonhar se atrofiou ou a vida que levam é limitada demais para favorecer a concretização de certos sonhos. Há os que em algum nível conseguem equilibrar seus anseios diversos e mitigar a fome de peripécias e heroísmo. Seja como for, a ideia de que *nem só de pão vive o homem* parece embutida nessa resistência a um envolvimento maior com a vida cotidiana e, nesse sentido, se pode afirmar que tal anseio parece mais ser da ordem do humano do que de uma necessidade exclusivamente masculina. Um dos estopins do movimento das mulheres foi justamente ter-se detectado “um mal que não tem nome”, uma angústia experimentada pelas mulheres, fortemente ligada a um profundo incômodo perante uma vida cotidiana limitada, que não permitia que estas migrassem em outras direções.

Uma visão dos anseios menos vinculada a gênero pode auxiliar homens e mulheres a compartilharem suas tarefas cotidianas, de forma a que se preserve um espaço para a fruição dos momentos e com isto talvez se possa pavimentar o território da conjugalidade, favorecendo uma aproximação com o ideal da igualdade e da realização pessoal. Será possível que homens e mulheres, na marcha para uma igualdade relacional, possam vislumbrar uma vida onde rotina e aventura se mesclam em dosagens mais equilibradas, sem que para isto um dos integrantes do casal precise numa miríade de situações, abrir mão de si em prol do outro?

Para Arrighi e Maume (2000:469) enquanto cônjuges interpretarem o trabalho doméstico e o cuidar da família como sinônimos, a mulher continuará sendo considerada a principal responsável pela casa. O mesmo valendo para a noção, ainda prevalente em algum nível, de que os homens são os provedores por excelência: enquanto se pensar dessa forma, os homens continuarão evitando participar ativamente da vida doméstica. Para estes autores, estas são interpretações equivocadas, fomentadoras de desequilíbrios nos pratos da balança da conjugalidade pretensamente igualitária. Este desequilíbrio está enraizado em ideologias de gênero tradicionais que colidem com ideologias igualitárias mais recentemente incorporadas. Os autores acreditam que é o fator gênero que mais influi sobre a divisão do trabalho doméstico.

Conforme foi visto, há um entrecruzamento e uma sobreposição de elementos que regem o imaginário e o comportamento masculino no que tange o envolvimento com o mundo doméstico, endossados pelas normas sociais e pelos arranjos feitos com suas esposas. Na ânsia de acatar as prescrições sociais, o que parece ter um peso maior para os homens (especialmente os menos igualitários) é uma preocupação puramente egóica: a manutenção a todo custo de uma identidade de gênero, com vistas a não se sentirem diminuídos diante dos outros homens e com uma fronteira bem delimitada em relação ao suposto mundo das mulheres.

3.3 - O epicentro das desigualdades: o casamento contemporâneo

Os casais e o casamento contemporâneo diferem profundamente, visto que os relacionamentos amorosos estão menos atados às tradições de um passado recente como os da década de 1950. Parece que a família nuclear urbana, similar a dos anos dourados está em pleno ocaso. Com o primado do individualismo contemporâneo, as pessoas ficaram mais livres para formarem seus pares, sem ter que seguir os modelos de suas famílias de origem e assim as configurações familiares vêm ganhando um formato próprio. No entanto, parece que a cultura ainda não fez arranjos adequados para lidar com os efeitos de toda essa liberdade, especialmente no que tange a assunção das responsabilidades familiares ainda mais atribuídas às mulheres.

O cenário atual apresenta configurações familiares diversas. Dentro desse contexto, é possível observar um movimento promovido pelos casais, que se formam, se desfazem e se refazem, ou seja, surgem os casamentos, as separações

e os recasamentos. Uma frase emblemática que traduz bem esse momento familiar é proferida por Vera, uma das entrevistadas na pesquisa sobre a família brasileira, do Datafolha de São Paulo (2007: 58): “*Aqui somos os meus, os seus, os nossos e os dos outros.*” Ela se refere aos filhos do seu primeiro casamento, os do casamento anterior de seu marido, os filhos em comum com este e os filhos que decidiram adotar. Num só exemplo é possível ver refletidas as várias mudanças de uma época: a permanência da instituição do casamento, apesar da possibilidade da separação; o recasamento que traz a reboque, a inclusão dos filhos de casamentos anteriores, somados aos do casamento atual e ainda a família adotiva.

Carter & Mcgoldrick (2001:18) consideram equivocada a concepção de casamento, como sendo a união de dois indivíduos. Para estes estudiosos, o casamento representa a modificação de dois sistemas inteiros e uma sobreposição que desenvolve um terceiro, ou seja, o sistema individual de cada cônjuge representado pelo seu contexto familiar de origem e um terceiro que é criado pela junção dos dois. Em tempos de configurações familiares diversas, pode-se dizer que tais sistemas são afetados pelo divórcio, pelo recasamento, pela junção da prole de cada membro do casal quando há, pela criação de novos filhos e até pela inclusão de filhos advindos de outros sistemas. Parece que se está diante de formatos familiares complexos, que incluem ainda as famílias monoparentais e os casamentos homo afetivos.

Para os mesmos autores (2001:18), homens e mulheres têm concepções e expectativas diferenciadas sobre o casamento. Os ganhos obtidos na vida a dois também parecem variar entre os sexos. Entre as expectativas que antecedem a realização do casamento e a experiência propriamente dita de uma conjugalidade sob o mesmo teto, há um hiato que separa sonhos e medos, de frustrações e surpresas positivas.

No intuito de discutir e ilustrar as peculiaridades de uma realidade que se apresenta diferenciada para homens e mulheres, não somente em termos de expectativas, como também em relação a ganhos e perdas obtidas dentro do casamento, serão analisados em separado o casamento *dele* e o casamento *dela*.

3.3.1 - O casamento *dele*

O casamento parece se apresentar mais satisfatório para os homens. Eles entram ambivalentes na vida a dois e temem cair numa armadilha, que na verdade não se configura desta forma. O lar se apresenta como um porto seguro, um lugar para relaxar, pois não se sentem *tão* exigidos nem *tão* responsabilizados pela organização do mundo doméstico. Na verdade, atuam como coadjuvantes que ajudam quando necessário ou quando são requisitados. As mulheres casadas têm se sobrecarregado mais ao executar um maior número de tarefas domésticas do que os homens. Esta realidade é apontada por Coltrane (2001:441) no artigo em que revisa mais de duzentos trabalhos e livros a respeito de temáticas sobre a vida intralçar cobrindo a década de 1990. Para onde então é dirigido o tempo que os homens não consomem na vida doméstica?

De acordo com Bianchi, Robinson e Milkie (2006:135) é mais provável que os homens gastem menos tempo a sós com seus filhos, sugerindo que eles gastam mais tempo consigo próprios do que as mulheres. O tempo que não é gasto com o trabalho doméstico e com os cuidados com os filhos parece ser canalizado para um dos investimentos que os homens ainda fazem com certa liberdade: a carreira profissional. Nos arranjos matrimoniais mistos, onde um cônjuge pode estar mais envolvido com uma carreira e o outro (geralmente a mulher) com um trabalho, ocorre o seguinte fenômeno nas palavras de Diniz (1999:36):

Se é o homem quem possui a carreira, existe uma maior tendência de conformidade aos papéis à norma social já que ele ocupa posição de maior destaque econômico e social. Entretanto, se é a mulher que possui a carreira, o arranjo foge da norma socialmente preconizada e pode gerar mais conflito. A literatura mostra que casais onde a mulher possui maior nível educacional e, em decorrência desse fato, ocupa posição de maior status e ganho financeiro, tendem a um índice mais alto de separação.

A identidade de gênero masculina fica assim intocada com o fato da carreira, que se constitui num de seus alicerces, ser favorecida pelo incentivo e apoio que recebe das mulheres e que é respaldada pelo casamento. Um dos fardos que o homem da década de 1950 carregava era o de ser o provedor absoluto, o responsável único pelo sustento da mulher e da prole. Este modelo de casamento está em franco declínio, o que abriu espaço para outros arranjos que contemplam o fato das mulheres estarem inseridas no mundo do trabalho.

Não apenas os homens ganharam companheiras mais produtivas, como também o lugar de provedor principal ainda é atribuído ao sexo masculino. Pode-se dizer que o status e o poder, conferido pelo lugar de provedor principal foi preservado em algum nível, pois o salário feminino ainda é visto como complementar e as mulheres tendem a ser consideradas co-provedoras. Parece então, que os homens se reafirmam no casamento, instituição por excelência, onde os papéis de gênero ganham contornos mais definidos na interação diária entre os cônjuges e onde o profissional masculino é potencializado. Embora com menos poder e status do que em décadas passadas, os homens ainda gozam de mais recursos como o tempo; e de certos privilégios e direitos obtidos com a ascensão na carreira, como o poder financeiro; o status diferenciado nas relações de gênero vem como consequência, embora se possa pensar também que os homens já partem de um lugar diferente.

No senso comum, o casamento é concebido pelos homens como prisão; um engodo que traz embutido uma ameaça subliminar de domesticação. Os homens temem que sua liberdade seja cerceada no casamento, ideia bem representada no provérbio popular *homem casado pássaro na gaiola*. Provérbios como este apregoam que casar traz em seu bojo, um futuro aprisionamento para o ser do sexo masculino que, enquanto solteiro, desfruta de uma liberdade supostamente ilimitada. De acordo com Diniz e Perlin (2005: 21), a realidade vislumbrada (e estereotipada) pelo senso comum não se concretiza de fato, sendo o casamento vivenciado pelos homens, membros de casais de duplo trabalho, com graus mais elevados de satisfação conjugal do que as mulheres.

3.3.2 O casamento *dela*

O senso comum indica que as mulheres adoram a ideia de casar e não poupam esforços para que seu sonho se concretize. Embora tradicionalmente as mulheres demonstrem mais entusiasmo pelo matrimônio, ao contrário dos homens, são elas que acabam caindo na armadilha capenga da igualdade. Esta armadilha se constitui no distanciamento entre a proposta de um discurso igualitário e as práticas tradicionais no que tange, por exemplo, a divisão das tarefas domésticas e as responsabilidades familiares entre maridos e esposas.

O entusiasmo inicial cede ao peso da dupla jornada de trabalho. Para Oliveira (2003: 22) batizar de dupla jornada o trabalho doméstico executado pelas mulheres é um equívoco, pois não se trata de trabalho que espera remuneração, mas de atos que dão trabalho e consomem o tempo delas. Por outro lado, não são de natureza gratuita como afirma Singly (2007:150), pois quando são contratados fora do círculo doméstico são remunerados. De qualquer forma, essa expressão será mantida aqui por falta de outra, mais consagrada, e por se entender que há dois tipos de trabalho doméstico: aquele executado tradicionalmente pelas donas-de-casa (ou por qualquer outro membro da família) e/ou pelas (os) profissionais do ramo.

Retomando a questão inicial, o fato é que o casamento transformou-se no epicentro de um fenômeno apontado por Coltrane (2001:441): casamento (especialmente o primeiro) significa *mais* trabalho doméstico para as mulheres do que para seus esposos, e vem se delineando especialmente desvantajoso para as mulheres *com* filhos. É verdade, que na comparação com mulheres solteiras e com filhos, as que são mães e casadas se desgastam igualmente. No entanto, comparativamente aos (as) solteiros (as) e sem filhos e aos casados e com filhos, são as mulheres casadas e mães que se desgastam mais com o trabalho doméstico. Esse ônus abre espaço para a insatisfação conjugal, a depressão e o esgotamento físico. Diniz aponta (2005:23) que a mulher hoje divide com o homem muitas responsabilidades que em décadas passadas eram só dele e mantém as suas atribuições ditas femininas, mas a recíproca está longe de ser verdadeira. As mulheres agregaram mais funções ao seu papel e estilhaçaram seu tempo para dar conta de uma multiplicidade de tarefas.

3.4 - Desigualdades no uso do tempo

A questão da desigualdade entre os gêneros, que vem sendo desenvolvida ao longo deste trabalho, aborda um elemento fundamental e impalpável: o tempo. Independente do ângulo observado, seja algo no qual se investe ou em que se gasta, o resultado é o mesmo, no sentido de ser um recurso finito, irrecuperável e impermanente. Os arranjos feitos entre homens e mulheres para dar conta dos compartilhamentos no mundo doméstico, articulando-os com o trabalho remunerado, mostram como estes estão diferentemente implicados nas diversas formas de trabalho. Os efeitos do uso do tempo divergente estão estreitamente

relacionados com a dupla jornada feminina e ao menor investimento na carreira por parte das mulheres.

A percepção e o uso do tempo demonstram o grau de segregação sexual que existe numa sociedade. Parece que mulheres e homens têm uma percepção subjetiva distinta sobre a família, o trabalho remunerado e o trabalho doméstico no tocante ao dispêndio de tempo em cada uma destas esferas de suas vidas. De acordo com Bianchi, Robinson e Milkie (2006:141), os casais que têm filhos despendem porções de tempo diferentes para cada uma das áreas supracitadas e conseqüentemente experimentam sentimentos particulares mesmo quando a alocação distinta de tempo deles é constante. As expectativas culturais sobre o que as mães e os pais devem fazer parecem ter um grande impacto sobre os comportamentos destes: as mulheres se ajustam para atender as necessidades da família e os homens gastam menos tempo com os filhos. As mulheres casadas revelam mais necessidade de terem tempo para si; sentem que sua vida diária é corrida e que são sobrecarregadas de multitarefas; preocupam-se mais com “o tempo do casal”; sentem menos poder para fugir das responsabilidades familiares. Os homens parecem sentir mais direito em usufruir tempo livre, portanto se permitem dispor de mais tempo para si.

Parece que mulheres casadas com homens que viajam a trabalho estão sempre vigilantes no ambiente doméstico, não permitem uma trégua para si, mas a concedem a seus maridos. São elas que cedem seu tempo para que seus maridos relaxem após a chegada em casa, embora elas também tenham um trabalho remunerado. Na pesquisa de Zvonkovic et al (2005:417) com famílias de pescadores e caminhoneiros, essa ideia é bem representada na fala da esposa de um pescador que se ausenta de casa por seis semanas consecutivas, podendo ficar até 5 meses fora: “Quando ele volta pra casa ele quer relaxar, mas eu nunca relaxo. Eu fico ligada 24h.”³ Similar a outras mulheres retratadas na literatura norte-americana (Rubin e Wooten, 2007), que chegam a se afastar temporariamente do mundo do trabalho, e deixam em segundo plano suas carreiras, em prol de suas famílias. Isto está correlacionado ao fato de essas mulheres abraçarem as tarefas tradicionalmente femininas e também as

³ frase original “When he comes home, he wants to be off, but I’m never off. It’s a 24-hour thing.”

masculinas quando seus maridos se ausentam, e quando eles estão de volta, para que eles possam descansar de suas jornadas de trabalho, elas continuam bastante envolvidas com os afazeres domésticos.

Pode se deduzir que a sociedade ocidental ainda vê o lar como um *refúgio* para os homens, mas não para as mulheres que são consideradas as guardiãs desse porto seguro. Nesse padrão tradicional de relacionamento, se assimilou ideologicamente como próprio ao sexo feminino a responsabilidade “permanente” e “natural” pelo espaço da casa. Como consequência disso, a mulher despende mais tempo no lar, e sua percepção sobre o valor concedido ao tempo também é distinto, conforme afirma Comas D’argemir (1995):

É muito mais difícil para as mulheres segmentar o tempo, chegar em casa e sentar-se sem fazer nada ou ainda dedicar-se a distrações passivas. Não há tempos mortos porque diversas atividades se efetuam de forma simultânea, em tempo contínuo para as mulheres. (citado por Strey 1997:66)

A autora afirma também que a percepção masculina do tempo é segmentada:

o que implica uma certa facilidade para separar conceitualmente e praticamente o tempo de trabalho (identificado com o emprego) e o resto do tempo (identificado com o ócio). Significa que eles tendem a perceber e a utilizar o tempo de forma sequencial e mais compartimentalizada que as mulheres. Como em geral os homens tendem a ancorar sua vida no trabalho remunerado, isso vem colaborar para este tipo de estruturação do tempo de vida.

O tempo do trabalho doméstico está relacionado às atividades de natureza cíclica que, à medida que terminam, em pouco tempo precisam ser recomeçadas. Não há um horário de trabalho regular, pré-estabelecido a ser seguido, como no mundo formal do trabalho remunerado, com suas normas e regras claramente bem delimitadas. No entanto, o trabalho doméstico e o trabalho remunerado se parecem em alguns aspectos: ambos são consumidores de tempo; são repletos de atividades a serem realizadas e relacionamentos interpessoais a serem gerenciados.

Assim, o transitar mais intenso de homens e mulheres numa área do que em outra, parece contribuir para as percepções diferenciadas sobre o tempo e sua administração. Para os homens, torna-se “natural” relacionar a casa com lugar de descanso, enquanto as mulheres mais engajadas com as atividades domésticas, não se descolam de suas “obrigações.” O mundo doméstico é absorvente e

consumidor de tempo, assim como também o são as demandas do mundo do trabalho; mas como ainda pesa mais para as mulheres o chamado da casa e para os homens o da rua, investir na carreira passa a se configurar como opcional para as mulheres e o envolvimento com as atividades domésticas, opcional para os homens. Com isto, a carreira das mulheres passa a ter um papel menor em suas vidas e, da mesma forma, o envolvimento dos homens com a vida familiar e doméstica. A domesticidade igualitária sofre os reflexos destas concepções ainda presentes, em especial o tempo que cada gênero desvia para cada área.

Oliveira (2003: 38) parodia o slogan feminista *nosso corpo nos pertence* e sugere *nosso tempo nos pertence* para uma demanda mais atual. Urge recuperar o poder sobre o tempo do cotidiano, o que, segundo a autora, é estratégico no reposicionamento das mulheres, em condições de igualdade com os homens, nas sociedades contemporâneas. É o tempo das mulheres que se partiu em mil pedaços na sequência de papéis que elas passaram a desempenhar, visto que grande parte dos trabalhos domésticos, como já foi dito e redito aqui, ainda é realizada majoritariamente por elas. Ainda que homens e mulheres consigam estabelecer diálogos férteis que diminuam as desigualdades na divisão dos afazeres domésticos e responsabilidades familiares, o desgaste vivido na relação com a administração do tempo é um problema social mais do que privado. A realidade dos casais, em que ambos trabalham e têm filhos é mais dura em face das dificuldades enfrentadas na conjugação dos horários de todos os membros da família para a realização das tarefas pertinentes a cada um e a organização do tempo para desfrutarem juntos e/ou separados. Coontz (1997:20) salienta que não há como fugir de um certo estresse ao dividir três trabalhos de tempo integral (dois trabalhos remunerados e um trabalho doméstico) entre dois indivíduos, sem alterar as temporalidades e as políticas das empresas, das escolas, das estruturas do trabalho e das redes de apoio social para as famílias. Essa ideia encontra ressonância na proposta de reengenharia do tempo de Oliveira (2003:16):

A reengenharia do tempo é uma tentativa de repensar o cotidiano de homens e mulheres, com vistas a aumentar sua qualidade de vida e seu produto de felicidade bruto. É uma proposta que envolve medidas práticas, como a alteração dos horários da administração pública, dos serviços públicos e das escolas; a diminuição ou a re-modelagem dos tempos de trabalho, flexibilizados dentro das empresas; mudanças nos espaços de trabalho para permitir maior investimento em casa; transformação das mentalidades nas relações de gênero.

Esta proposta inventiva e progressista, que aponta novas possibilidades de convivência entre os atores que transitam nas esferas privada e pública, juntamente com uma reestruturação das instituições envolvidas, traz embutida a ideia de que a desigualdade do uso do tempo pode e deve ser transmutada. Embora neste trabalho não haja intenção de enveredar pelos meandros de um projeto de tal magnitude, registre-se aqui, apenas, o redimensionamento que a questão das desigualdades entre os gêneros poderá sofrer quando todos os atores sociais estiverem devidamente implicados em construir soluções conjuntas. Ao trazer à tona o dispêndio do tempo das mulheres e apontá-lo como um problema da sociedade e a solução deste como um benefício para todos, abre-se uma brecha importante para se continuar revisando não somente os papéis de gênero, como também o uso equitativo de um bem tão precioso quanto o tempo, especificamente o tempo de viver e não só o de trabalhar.

3.5 - Desigualdades no compartilhamento parental

Segundo Coltrane (2001:441), diversos estudos apontam para o fato de que a transição para a parentalidade é associada com a diminuição do compartilhamento das responsabilidades familiares, entre homens e mulheres. As mulheres se sentem mais obrigadas a executar tarefas domésticas quando têm filhos, do mesmo modo quando casam, ou seja, o casamento associado à maternidade, acaba por acentuar a especialização tradicional de papéis. Os homens, por sua vez, passam a dedicar mais horas ao trabalho remunerado do que aos trabalhos domésticos. Outros estudos revisados pelo autor apresentam outros ângulos do mesmo fenômeno: crianças em idade pré-escolar são associadas com mais horas de trabalho doméstico para homens e mulheres; a parentalidade mais tardia produz maior paridade nas responsabilidades familiares, assim como com os afazeres domésticos.

Constatações similares são apontadas por Coontz (1997:71), ao relatar estudos demonstrando que a transição para a parentalidade traz consigo uma baixa na satisfação marital, deflagrada pelo retorno dos pais a um padrão tradicional de relacionamento. Os homens intensificam seu papel de provedor, e as mulheres o de cuidadoras. Estas se ressentem por um certo abalo na equidade e eles se sentem estressados pela elevação das responsabilidades como provedor e confusos pelo desprezo de suas mulheres com relação a este papel que é retomado por eles. O

estresse e o aumento de pressão, causados pela chegada do primeiro filho, parece mobilizar os casais e provocar um recuo aos papéis de gênero mais tradicionais. No entanto, esse recurso não parece trazer bons frutos para os cônjuges e acaba por ficar circunscrito a soluções individuais. Coontz (1997:72) sugere que mudanças relativas aos valores culturais e pessoais sobre o casamento precisam ser revistas e requerem ajustes no sistema institucional, para que homens possam exercer a paternidade e as mulheres possam livrar-se do encargo que as responsabiliza excessivamente pelo cuidado dos filhos e, assim, respaldar o fato de que ambos podem trabalhar e ambos podem ser cuidadores. Com isso, a autora promove a ideia de que se dissolva uma certa rigidez dos papéis de gênero para ambos, homens e mulheres, e convoca a implicação de instâncias maiores para a problemática dos casais trabalhadores

A autora aposta na cooperação mútua entre os cônjuges; explicita a necessidade de reconhecimento das responsabilidades familiares que os homens têm; enfatiza a necessidade de políticas públicas flexíveis e acessíveis, que favoreçam uma qualidade maior na assistência às crianças.

Há um outro aspecto que colabora para um compartilhamento parental menos simétrico. Da mesma forma que algumas mulheres não cedem espaço para uma divisão equitativa das tarefas domésticas com seus maridos, para não perderem um poder historicamente construído, o mesmo parece acontecer no tocante à divisão da maternagem. Segundo Badinter (1992:183):

Para explicar sua atitude de recusa, muitas mulheres invocam a incompetência do marido, que lhes dá mais trabalho do que as alivia. Mas, no fundo, elas sentem sua preeminência materna como um poder que não querem dividir, mesmo que seja à custa de seu esgotamento físico e psíquico.

Embora os homens, impedidos por suas mulheres de exercer a paternagem, não sejam vítimas destas, acabam ficando no mesmo lugar dos que “auxiliam” nas tarefas caseiras, ou seja, passam a ocupar um lugar secundário, mais passivo e de menos envolvimento na relação com os filhos. Talvez estes homens experimentem, uma ambigüidade mais acentuada sobre o que é seu dever e seu direito na lida com os filhos, quando suas mulheres resistem compartilhar as responsabilidades parentais de forma mais igualitária. Há um jogo de forças que

se estabelece entre os cônjuges, e que acaba por resultar em compartilhamentos desiguais no exercício da parentalidade.

Por outro lado, conforme estudos citados por Cia & Barham (2008: 214), há mulheres que exigem e favorecem um maior envolvimento paterno. Os homens que têm um envolvimento maior com os filhos nos dias de hoje se tornam mais próximos do papel de um pai contemporâneo. Aproximar-se desse papel não parece comprometer sua masculinidade, pois a formação da identidade masculina, está passando a depender tanto do seu desempenho no trabalho, como do seu desempenho na família.

Embora inúmeros estudos apontem para o fato de que os homens investem mais tempo no trabalho remunerado do que no cuidado com os filhos e nas tarefas caseiras, parece que a diferença de horas dedicadas a essa área da vida, entre homens e mulheres com filhos é menor do que se supõe. De acordo com a pesquisa de Hill (2005:811), homens que são pais e trabalhadores relatam ter uma “dupla jornada de trabalho” de 46 h semanais. Isso representa 77% do total trabalho doméstico reportado pelas mulheres nas mesmas condições. Estes mesmos pais relatam despendar 48 h semanais no trabalho remunerado, o que representa 20% a mais do que as mães. Eles acrescentam ainda, sentir-se pouco apoiados no trabalho para lidar com as demandas familiares, o que sugere que as empresas se preocupam mais em voltar seus programas de apoio para as mulheres, do que para os homens. Desta forma, algumas empresas parecem resistir respaldar o papel mais moderno de homens envolvidos com o mundo da casa, seus dilemas e demandas na articulação com o mundo do trabalho.

3.6 - Igualdade relacional

O ponto comum, entre as diversas perspectivas feministas existentes no campo humanista e da sociologia é ter, como foco central, a análise da condição feminina. Cabe destacar aqui que no campo de estudos de família há uma influência forte da teoria geral dos sistemas (ou teoria sistêmica), cujos focos segundo Zvonkovic et al (2006:145) encontram-se imbuídos na família. Esta perspectiva tem sido amplamente utilizada por profissionais especializados, tais como, terapeutas de família. O trabalho é detectado como sendo um fator estressor externo ao sistema, que desequilibra os padrões de interação, forçando seus membros a se ajustarem. A perspectiva sistêmica tem sido usada para manter a

homeostase dos papéis de gênero dentro das famílias, o que as feministas entendem como problemático. Para lidar com esta questão utilizam-se do conceito de igualdade relacional, descrito a seguir.

Segundo Rampage e Avis (1998: 201), o sistema patriarcal que privilegia os homens à custa das mulheres ainda continua afetando profundamente a ambos. Sob a ótica feminista, os relacionamentos baseados na igualdade ou no companheirismo são tidos como a forma mais saudável e equitativa de ligação. Segundo o conceito de igualdade relacional, o sistema familiar deve considerar como válidos, e facilitar, o preenchimento das necessidades e o crescimento de todos os membros da família, ao invés de significar que apenas um desses membros, notadamente a mãe e esposa, tenha de sacrificar seu próprio bem-estar pela segurança de todo o grupo. A partir desta perspectiva feminista, a ausência da igualdade relacional e o resultante desequilíbrio de poder que se instala tanto entre parceiros, como no plano dos papéis e responsabilidades a serem assumidos são vistos como as principais causas da disfunção familiar. Por essa ótica, encara-se como adequada a existência de um certo grau de hierarquia *entre* as gerações, mas não *entre* os gêneros. As autoras acrescentam que em virtude de os papéis serem uma expressão do poder exercido na família, nas famílias *saudáveis* os papéis se mostram flexíveis, intercambiáveis, negociáveis, não-coercitivos e não baseados no gênero.

Embora, ao longo deste capítulo, se tenha dirigido o foco exaustivamente para o tema das desigualdades de gênero, procura-se finalizá-lo falando de igualdade relacional. Mesmo que, o reino doméstico ainda seja maculado pelo desequilíbrio de poderes, prefere-se ressaltar aqui, a possibilidade de se vislumbrar mudanças favoráveis à construção de relações genuinamente mais igualitárias.